

Inquérito incrimina Regina por comprar sem licitação

Investigação conclui que a ex-diretora do Prodasen fez contratação irregular

Brasília — Marcia Gouthier

GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA — Uma investigação interna do Congresso descobriu contratos irregulares de R\$ 5,8 milhões assinados por Regina Borges, quando era diretora do Prodasen, o serviço de processamento de dados do Senado. As irregularidades estão concentradas na compra de equipamentos e móveis. O inquérito, de 120 páginas, foi feito por uma comissão de sindicância e encaminhado para a Secretaria de Controle Interno do Senado. O resultado complica ainda mais a vida da ex-diretora, que participou da violação do painel eletrônico do Senado: durante a administração de Regina, "as condutas do Prodasen frustraram o espírito da lei, provocaram a supressão do critério de igualdade entre as empresas interessadas nos contratos e concretizaram a prática de contratar sem licitação, quando esta era claramente exigível". Ao final do processo, a ex-diretora do Prodasen corre o risco de ser demitida.

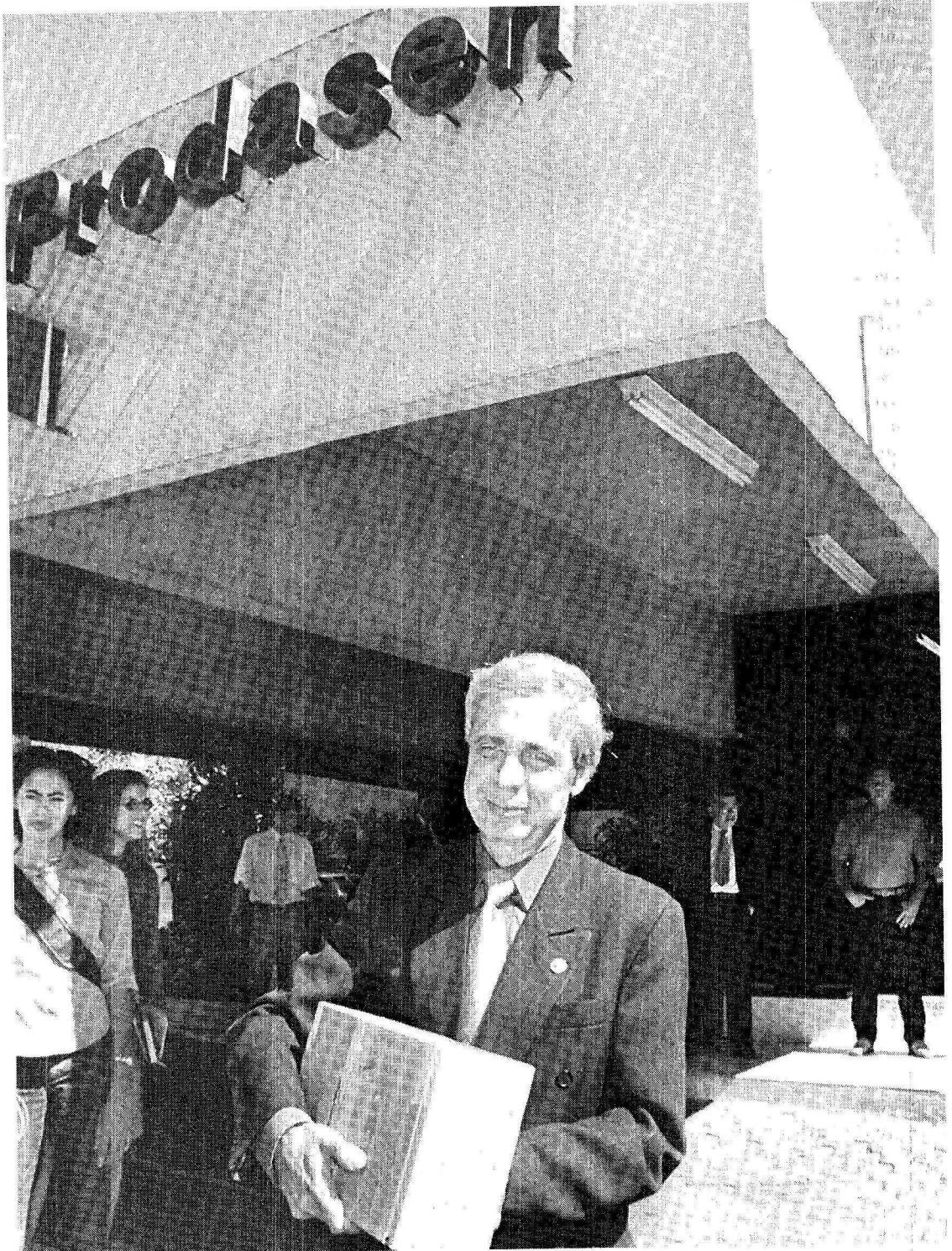
Regina ganhou notoriedade quando confessou ter violado o painel eletrônico de votação do Congresso, por ordem dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. O escândalo causou a renúncia dos parlamentares. A ex-diretora do Prodasen responde a um inquérito interno pela violação do painel. A comissão de sindicância foi criada para investigar denúncias contra Rubens Galerani, ex-representante do governo da Bahia em Brasília e amigo pessoal de Antonio Carlos Magalhães. Galerani era suspeito de intermediar contratos irregulares no Prodasen. A investigação não encontrou provas contra Galerani, que foi absolvido. Mas amontou acusações contra Regina Borges.

Sala cofre — O maior problema está no contrato para compra de uma "sala cofre", instalada no Prodasen para garantir proteção ao computador central do Senado. O equipamento, um cofre de 154 metros quadrados, foi comprado da Aceco Produtos de Escritório, uma empresa de Brasília. A compra foi feita sem concorrência, sob o argumento de que a Aceco era a "única empresa no mercado mundial" que produzia este tipo de cofre. A comissão de sindicância concluiu que a justificativa não era verdadeira. O processo andou com impressionante rapidez na burocracia do Prodasen. A proposta da Aceco foi apresentada em 6 de dezembro de 1999. Uma semana depois, no dia 14, o contrato milionário foi assinado por Regina.

Os auditores do Senado descobriram que o mesmo contrato foi usado como um guarda-chuva para compra de mais equipamentos fornecidos pela Aceco sem concorrência. Foram três adendos ao contrato original, que somaram mais R\$ 984 mil. Por conta da "sala cofre", a empresa forneceu até estantes para a biblioteca do Prodasen.

A relação do centro de processamento de dados do Senado com a Aceco era estreito. A comissão de sindicância descobriu que a empresa praticamente elaborava alguns editais de licitação do Prodasen. Em dois contratos, no valor de R\$ 296 mil, o edital para compra de móveis foi feito copiando projetos apresentados com antecedência pela Aceco. Como era previsível, a empresa ganhou as duas concorrências. "As demais interessadas não conheciam o projeto, com a óbvia exceção da licitante vencedora", conclui o relatório.

A comissão não conseguiu provas de que a Aceco teria sido apresentada a Regina por Galerani. As acusações contra Regina serão encaminhadas pela divisão de controle interno do Senado. Depois, o caso segue a uma comissão disciplinar, que estabelece as punições.



Funcionário do Senado, no Prodasen, carrega os discos rígidos do computador usado por Ivar